

# A VERDADE NO FENÔMENO DA COMUNICAÇÃO

**Juan Droguett**

Professor do Mestrado em Comunicação da Universidade Paulista,  
doutor em Educação pela Universidade de Salamanca – Espanha,  
doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP, pós-doutor pela FFLCH/USP,  
membro da Associação Espanhola de Psicanálise Freudiana e do Grupo de Estudos Peircianos no Brasil e na Espanha,  
professor convidado da Universidade de Navarra, da Complutense de Madri e da Universidade de Deusto, em Bilbao.

## RESUMO

*A verdade no fenômeno da comunicação* discute sobre o eixo epistemológico da relação que define a ação comunicativa no cerne das representações mediadas pela linguagem, ancora-se nos pressupostos da interpretação sugeridos por Nietzsche, Heidegger, Gadamer, Dilthey e Ricoeur, que diferenciam a realidade humana e social, configurando a noção de verdade no esteio da cultura.

**Palavras-chave:** verdade, linguagem, comunicação.

## ABSTRACT

*The Truth within communication phenomena* discusses about the relation's epistemological axle that defines the communicative action in the core of representations mediated by language, bases upon presupposes of interpretation suggested by Nietzsche Heidegger, Gadamer, Dilthey and Ricoeur that differentiate the human and social reality shaping the notion of truth in the culture shore.

**Keywords:** truth, language, communication.

A verdade no fenômeno da comunicação é um texto que pretende discutir o estatuto científico do campo da comunicação, um fenômeno social susceptível de ser compreendido pela via da apropriação e do distanciamento crítico proposto pelas rupturas epistemológicas ocorridas no epicentro da atividade discursiva. Por esta razão, escolhemos o caminho da interpretação dos códigos que configuram um estado reflexivo deste fenômeno cultural planetário que afeta o ser humano na sua interação social.

### EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO

Qualquer tentativa de abordar o problema da verdade do ponto de vista comunicativo tem que levar em consideração três tópicos que desenham respectivamente um estado da arte do fenômeno da comunicação: um estímulo, uma indicação e um suporte.

O estímulo pode ser achado em Nietzsche, a descoberta da condição metafórica das palavras que dizem verdades, a continuidade entre Deus e a gramática, o tão reiterado aforismo “não existem fatos, só interpretações” enuncia a necessidade de pensar o problema da verdade fora do esquema da adequação, à margem da “evidência” polar sujeito – objeto, além e aquém do pressuposto de realidade e de sua aliada – retoricamente oposta –, a primazia da consciência.

A indicação encontra-se em Heidegger. Nas páginas de *Ser e Tempo* (2001), mais explicitamente nos ensaios posteriores que vinculam o finito, o ser, o tempo e a linguagem.

O suporte é dado pelo trabalho de Hans Georg Gadamer em *Verdade e Método* (1999), um texto que abre possibilidades e enuncia o compromisso de pensar a verdade no âmbito de uma linguagem ontologicamente qualificada, superando assim tanto a metafísica

prefigurada por Heidegger como o relativismo indiferentista da pós-modernidade. Estes três lugares resumem um século de pensamento, um século no qual se vêem transformado o sentido de verdade e invertida a direção da busca.

Convencionalmente, confere-se a Bacon o estudo pioneiro da nossa sensibilidade epistemológica. A partir dele e depois dele, a pesquisa pela verdade consistirá na eliminação dos preconceitos, ídolos ou fantasmas, na confecção de um método adequado e na elaboração de uma linguagem de intromissões, uma linguagem enunciativa e sóbria, alheia às tiranias dos costumes e às vaidades do afeto, uma linguagem tendenciosamente esquemática, mais adequada quanto mais transparente, mera película assertiva cuja vocação é desaparecer, travestir sua própria existência na desencarnada fórmula. Em toda linguagem, na sua exterioridade estrangeira e resguardada, a verdade aguarda sua plenitude objetiva prestes a ser capturada pelo enunciado e o conceito.

Frederich Nietzsche em *Além do Bem e do Mal* (2005) mostrou a debilidade desta concepção de verdade e devolveu o problema à complexidade da linguagem. “A verdade – afirma – é uma mulher; tem boas razões para esconder suas razões”. A consciência da verdade é que naquilo que (se) manifesta estão ocultas as condições e os limites da compreensão, isto é, do conhecimento, onde se encontra a base da concepção heideggeriana da verdade tematizada como *aletheia* (des-ocultamento), aponta para o escondido *em* e *pela* linguagem. A importância dessa perspectiva radica em que o ciclo que nela se supõe nos obriga a pensar não na verdade exterior e alheia, mas na verdade que nos é, na verdade *de profundis* que nos constitui como sujeitos de conhecimento e ação.

Equidistante do dogmatismo e do ceticismo, a atitude hermenêutica, que aqui se inaugura, consiste em construir o mapa da verdade que nos sustenta, a partir das indicações que se dão na linguagem. A verdade não está nem presente nem ausente: como território que nos sustenta, ao insinuar-se como suporte, enuncia a impossibilidade de uma compreensão completa, de uma perfeita intelecção, possessão e domínio. Nem o método nem o conceito são suficientes para conter o mundo de pressupostos que faz possível a ambos, um âmbito que se retrai cada vez mais quando se pretende circunscrevê-lo, que dribla as pretensões da consciência em uma retirada para as origens, sem possibilidades de fechamento.

Estar na verdade supõe, portanto, aceitar o desconhecimento e a in-consciência como condições mais do que necessárias. Supõe, também, interrogar a linguagem a respeito do que nele se oculta. Este é o sentido profundo do termo como interpretação e compreensão na prosa de Hans-Georg Gadamer: não se trata de ignorar os pressupostos, de acabar com eles, mas de fazê-los conscientes e trazê-los à luz: desvelá-los.

Nesse sentido, surge a permanente suspeita de Nietzsche no que se refere à linguagem: sua genealogia não é mais do que uma prolongação de questões feitas às palavras, uma prolongada interpretação daquilo que se subtrai da consciência, na fala.

Se o ser humano está “jogado no mundo” – como afirma Heidegger –, é preciso entender que a palavra mundo não evoca uma realidade física compacta e opaca; também não uma apropriação objetiva ou entregue a uma suposta transparência da linguagem científica. O mundo é um a-z de interpretações que, apesar de sua proximidade ou justamente por ela, foge ao atento olhar; e toda experiência de verdade é uma articu-

lação interpretativa de uma *pré-compreensão* em que nos encontramos, pelo fato mesmo de existirmos como seres no mundo.

Resulta surpreendente a ingenuidade das perspectivas filosóficas que, fascinadas por um determinado modelo de cientificidade, pensam a verdade desde o horizonte da compreensão do objeto, como se a linguagem não possuísse as pautas de interpretação, como se a linguagem não modulasse o âmbito de visibilidade e, com ele, as possibilidades e limites do conhecimento.

O erro contínuo da filosofia que segue confrontando a consciência ao objeto preexistente e constituído desde sempre radica em não haver descoberto a linguagem como mediação ontológica necessária. Pois a linguagem não é um instrumento, senão um meio, âmbito comum no qual se produz a experiência e evolução do discurso, lugar no qual se configura a consciência e o objeto na base dos conteúdos preexistentes.

Para uma filosofia que assume conseqüentemente o *linguistic turn*, cuja verdadeira culminação não é nem a lingüística, nem o estruturalismo, mas a hermenêutica, que segue os passos de Nietzsche, Heidegger e Gadamer, o problema da verdade é um convite para o trabalho de pesquisa que “implica o explícito”: interrogar até as últimas conseqüências por aquilo que faz possível o pensamento; buscar o suporte das opiniões, dos códigos, dos sistemas normativos, das convenções; fazer consciência daquilo que inconscientemente constitui a base de cada sentença, de cada juízo de valor.

O problema da verdade não é a intuição de um ingênuo dilema que opõe o dogmatismo ao ceticismo. É um problema hermenêutico que consiste em compreender a profundidade que sustenta cada palavra, a história que se oculta na linguagem, as batalhas desta que simul-

taneamente se subtrai à consciência e a constitui.

A melhor crítica – afirma Banchofen (1987) – consiste em compreender. A sentença inclui todo um programa filosófico, seu laconismo constitui um desafio para a comunicação, pois compreender, na sua acepção mais radical significa aprofundar, uma viagem sem fim, até o consenso que faz possível toda discrepância, significa socavar na linguagem em busca do *arché*: o fundamento, o que inconscientemente domina. Toda e qualquer pergunta pela verdade em comunicação nos remete a essa profundidade translúcida: aos supostos ocultos de cada sistema, de cada ciência, de cada código da linguagem, de cada fé na ação comunicativa, que é essencialmente um compromisso de relação.

## O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO

O processo de comunicação está relacionado diretamente com a intenção comunicativa que, funciona nesse caso, como um estímulo, uma espécie de poética da vontade que desemboca conseqüentemente numa poética da ação, na medida em que a práxis comunicativa, mais do que um simples querer, supera a tradicional antinomia entre sujeito e objeto. Uma poética da ação comunicativa demanda mais do que a reconstrução em termos descritivos de um modelo de comunicação, além de sua função mimética, mesmo aplicada à ação, se desmancha ante a função projetiva, que alcança a comunicação a partir do dinamismo do próprio agir.

Assim, toda poética da ação apresenta-se como uma segunda revolução copernicana. Da mesma forma que o pensamento moderno colocou em questão o método naturalista da análise, realçando o papel do *cogito* cartesiano. A fenomenologia da comunicação irá

mostrar que a expressão poética e desiderativa pressupõe a raiz simbólica da subjetividade no seio do mundo. Tal raiz da comunicação implica uma permanente articulação entre o discurso humano e o próprio mundo.

Na verdade, o discurso redimensiona o mundo, recria-o nos seus valores, na sua linguagem e no seu tempo. O mundo, a linguagem, o tempo e seus valores constituem o pano de fundo sem o qual o discurso da comunicação não poderia operar com eficácia.

A realização de uma poética da ação comunicativa implica uma análise específica do conceito hermenêutico de discurso, com o objetivo de apreender nele, a estrutura “performática” que lhe é inerente. Efetivamente, para Paul Ricoeur, o valor simbólico de uma obra se descobre mais no seu poder prefigurativo, no discurso da ação, que no mero ato de sua execução técnica. Ora, para haver prefiguração, torna-se necessário uma distância da obra em relação ao contexto de seu aparecimento. Daí, que o símbolo permita entrelaçar, simultaneamente as noções hermenêuticas de “apropriação” e “distanciamento” do sentido, libertando este último do contexto particular em que foi produzido (Ricoeur, 1971 – 1972).

O poder semântico do discurso em *re-descrever* o real é proporcional à sua capacidade de se distanciar da referência imediata da sua criação, possibilitando assim a manifestação de uma referência de segundo grau, enquanto mundo simbólico aberto por uma obra.

O conceito hermenêutico do discurso brota diretamente de uma reflexão sobre o estatuto fundamental da linguagem. Para Ricoeur, podemos distinguir dois domínios de pesquisa em linguagem: como signo e como discurso. Enquanto o signo constitui a unidade base do sistema de uma língua, e por este motivo é objeto privilegiado da

lingüística, a hermenêutica concentra sua atenção nas unidades nucleares do ato discursivo. O discurso é definido como o acontecimento da linguagem, assumindo de partida as características fundamentais atribuídas por Saussure ao ato da fala.<sup>1</sup> Enquanto o signo lingüístico, por meio de sua unidade arbitrariamente construída entre o significado e o significante, constitui uma unidade virtual de um sistema, o discurso implica uma dimensão referencial dos atos da linguagem. Desse modo, enquanto ato lingüístico de comunicação por excelência, o discurso realiza-se temporalmente como um acontecimento, o que dificulta, segundo a convicção de Saussure, a sua apreensão rigorosa. A efemeridade do seu acontecimento, a qual se realiza apenas no instante de sua locução, torna-o adverso a um tratamento sistemático.

Essa instância do discurso, designação proposta por Emile Benveniste para caracterizar o caráter temporal do acontecimento discursivo, só se torna objeto de estudo da hermenêutica, a partir do momento em que se torna possível a inscrição material do sentido comunicado. Para a hermenêutica não é a efemeridade, enquanto tal, do acontecimento discursivo que se procura apreender, mas antes o sentido que o percorre.

A comunicação nunca seria possível se o sentido não se posicionasse para além do caráter evanescente e fugaz do acontecimento discursivo. A partir do momento em que o discurso não é apenas um acontecimento, mas é fundamentalmente sentido, criam-se condições para a realização de uma efetiva comunicação. Existe, desse modo, uma relação de reciprocidade entre a comunicação e a expressão discursiva de uma sig-

nificação. Se não fosse possível desligar o sentido do seu acontecimento temporal e fenomênico, a sua esfera ficaria limitada ao exercício dialógico da comunicação.

A dimensão referencial da linguagem e a constituição do sentido são fundamentais para entender a ação do discurso, isto é, o modo pelo qual o ato da enunciação, e não tanto o enunciado, constrói a significação no processo de comunicação. O discurso não se refere apenas ao mundo, mas tem em si mesmo, o poder performático de prefigurar esse mesmo mundo. Para esses efeitos e assumindo a perspectiva pragmaticista da linguagem, entendida como a teoria da linguagem centrada nos atos de interlocução comunicativa, vemos como os atos do discurso constituem, em si mesmos, o seu próprio referente.

A teoria dos atos da linguagem – *speech – acts* – desenvolvida essencialmente por Jean Austin (2004) e Searle, partiu da distinção entre a dimensão “atestativa” e “performática” da linguagem. Com esta diferenciação, visava-se mostrar que a eficiência da linguagem não se restringe a informar um “estado das coisas”, mas que age por si mesma, provocando conseqüências no próprio mundo. Eis um exemplo sugestivo proposto pela Escola de Oxford: quando afirmamos a nossa promessa, não informamos ao nosso interlocutor apenas o que prometemos, na própria expressão lingüística, a promessa se realiza, de tal modo que, mesmo que não se cumpra, nunca mais poderemos apagar o ato de tê-la uma vez prometido. Aceitando esse exemplo, pode-se sustentar que a linguagem não é apenas um meio que um sujeito utiliza para informar outro sobre uma deter-

minada situação, mas é, em si mesma, uma ação, podendo-se assim falar, a rigor, de atos de linguagem.

## A VERDADE NA COMUNICAÇÃO E SUA ESCRITA

Mas, o caráter evanescente e fugaz da ação discursiva, expresso no conceito lingüístico de “instância do discurso”, debilita a possibilidade de *re-identificação* de uma mesma significação. A função essencial da escrita consiste em preservar, através de um meio material e permanente, esse sentido que transparece no exercício lingüístico. A escrita promove, por meio da conservação da significação, um alargamento da capacidade comunicativa discursiva, visto que, não só a significação se libertou das circunstâncias particulares da sua produção, como também o destinatário desta pode ser qualquer potencial leitor. Desse modo, a dimensão comunicativa do discurso descobre-se tanto na permanência da significação, quanto na ampliação do sentido, ao libertar este último do contexto em que foi criado.

Segundo Paul Ricoeur (1976), a elaboração de um texto escrito não é indiferente ao conceito de significação. Apenas uma noção de escrita, como apêndice da fala, poderia sustentar a tese de que a significação não seria de forma alguma alterada com a inscrição material proporcionada pela escrita. Ora, o próprio ato da escrita promove uma dissociação discursiva entre a significação como intenção subjetiva e a significação objetiva do texto. A significação intencional dos interlocutores ganha forma na comunicação dialógica, sendo, em princípio, suspensa pelo sentido

<sup>1</sup> O estudo da fala – *parole* –, para Saussure será objeto da lingüística diacrônica que aborda o conjunto de elementos não sistemáticos da linguagem. A razão fundamental que levou Ricoeur a preferir o conceito de discurso ao de fala, é expressa nas seguintes palavras: “*This structure is the synthetic construction of the sentence itself as distinct from any analytic combination of discrete entities. My substitution of the term discourse for that of parole (which Expresses only the residual aspect of science of langue) is intended not only to emphasize the specificity of this new unit on which all discourse relies, but also to legitimate the distinction between semiotics and semantics*” (Ricoeur, IT 7, 1976).

produzido pelo texto. Constitui-se, desse modo, uma intencionalidade específica do texto, na medida em que um texto nunca é uma totalidade fechada, mas abre continuamente um horizonte de possibilidades de existência. O valor da significação textual encontra-se, acima de tudo, no poder demonstrado pelo texto, de se tornar autônomo em relação à circunstância que o gerou.

Um dos traços capitais da atividade discursiva em geral, independentemente de estarmos em face da fala ou da escrita, descobre-se na dissolução dos interlocutores diante do sentido que é expresso. Sem dúvida, na situação dialógica, os dialogantes têm sempre a possibilidade de retomar o que disseram, corrigindo, no momento, o que tinham acabado de enunciar. Todavia, faz parte da dialética intrínseca do discurso, a relação entre acontecimento e sentido, de tal forma que a palavra fica integralmente suspensa pela significação produzida. A escrita, ao propiciar a inscrição material do sentido, não só automatiza este último, da situação fugaz e contingente a que o diálogo a tinha lançado, como permite libertar o que, tanto Ricoeur como Gadamer, designam por “espiritualidade do discurso” (Ricoeur, 1971-1972, p. 36; Gadamer, 1999, p. 368 e 394). Longe de estarmos perante um paradoxo, a escrita liberta, efetivamente, a idealidade do sentido do constrangimento corporal da palavra. Na situação de diálogo, tudo o que é enunciado é confirmado, pelo conjunto da mímica corporal dos interlocutores. Com a escrita, o texto liberta-se do circunstancial inscrito na corporeidade do diálogo oral, e constitui-se em sentido autônomo.

O conceito de texto designa, a conjugação do discurso com a escrita. Em face do fenômeno textual são legítimas, segundo o pensamento ricoeuriano, duas abordagens distintas: ou suspendemos o mundo e o autor do texto, eliminando deste último qualquer resíduo discursivo, ou procuramos decifrar o mundo de um texto, integrando este último no seio da comunicação viva de onde brotou.<sup>2</sup> A primeira estratégia de apropriação é claramente explicativa, enquanto a segunda encontra no fenômeno da interpretação o seu lugar próprio. A explicação visa descortinar as estruturas internas do texto, procurando apreender, no jogo recíproco entre elas, o sentido deste; a interpretação coincide, não tanto com a posição de um sujeito em face de um texto, mas, antes, com a dinâmica criada pelo texto em decifrar as suas próprias intenções. Esse conceito de interpretação, centrado na dinâmica textual, é claramente tributário da semiótica peirciana, e do conceito de “interpretante” em particular. Segundo Peirce, a compreensão do sentido de um signo exige a participação semântica de outros. Na verdade, se queremos classificar o sentido específico de um signo, somos obrigados a sair dele mesmo, e apresentarmos um outro, cuja função é esclarecer o primeiro (Peirce, 1936-1958, p. 466). Os signos de uma linguagem funcionam como interpretantes do significado de outros.<sup>3</sup>

Apesar da diferença gritante de contexto, onde se insere a análise de Peirce, “o seu interpretante é um interpretante de signos, en-

quanto o nosso interpretante – afirma Ricoeur – é um interpretante de enunciados” (Ricoeur, 1976, p. 158),<sup>4</sup> é possível apreender uma relação de proximidade entre essas duas noções de “interpretante”. Efetivamente, o exercício de interpretação assume uma semelhança importante, na medida em que a interpretação textual se constrói a partir de uma rede de interpretações, proporcionada por outros textos, com os quais dialoga. A apropriação de sentido perde, desse modo, seu caráter subjetivo, para exigir a mediação permanente da série de interpretantes que lhe vão abrindo o caminho.

O confronto permanente de “interpretantes” na construção de uma interpretação permite afastar, segundo Ricoeur, o perigo de uma equivalência entre todas as interpretações. Pelo contrário, sem ser necessário seguir uma via dogmática que confunda validação com verificação, é possível arbitrar sobre a validade de uma interpretação, tendo em conta que sua força se encontra na ampliação do sentido de um texto a partir do apelo permanente ao conjunto de “interpretantes” que circunscrevem a realização desse mesmo texto.

A relação dialética entre apropriação e distanciamento, intrínseca à expressão simbólica, matéria-prima de todo processo de comunicação, é o princípio hermenêutico da constituição do sentido. Enquanto a apropriação traduz a estrutura compreensiva da pertença reflexiva entre o sujeito e o mundo, o distanciamento revela o processo explicativo e crítico da interpretação do real. Não há, portanto, antagonismo entre essas duas instâncias, uma

<sup>2</sup> Ricoeur, influenciado pela obra de Dadoonet, *Écriture et Ichonographie*, defenderá a tese de que o discurso escrito constitui a forma perceptiva mais intensa do real.

<sup>3</sup> O conceito de sentido de Roland Barthes aproxima-se, a nosso ver, da rede de “interpretantes” de um texto (Barthes, *L’aventure sémiologique*, p. 311).

<sup>4</sup> O *signico* em Peirce é um evento físico que provém de uma fonte natural ou de um comportamento humano inconsciente do emissor. Para Ricoeur, a enunciação parte de um princípio consciente, de uma intencionalidade comunicativa advinda da experiência que é transmitida em forma de verdade.

apropriação sem explicação significaria uma compreensão esvaziada de inteligibilidade, e um distanciamento crítico sem compreensão, implicaria uma explicação sem reflexibilidade. Compreensão e explicação são processos complementares.

O conceito de interesse, formulado por Jürgen Habermas (1987), visa combinar as vertentes transcendentais e sociais, a razão da descoberta do desejo é a que a anima, sem que esta suponha a redução do interesse às suas determinantes empíricas e naturais. Uma das fontes capitais do pensamento de Habermas é a crítica da razão instrumental, objetivante e subjetiva, distinção entre entendimento e razão. De qualquer forma, o autor chama de orientações básicas aquelas que são inerentes a determinadas condições fundamentais da espécie humana: o trabalho e a interação. Tais orientações visam não a satisfação de necessidades imediatas e empíricas, mas sim soluções de problemas sistêmicos de modo geral. O horizonte epistemológico do saber está assim atrelado a três interesses diferentes: as ciências empíricas decifram o interesse técnico do conhecimento, as ciências históricas e hermenêuticas, um interesse prático, e as ciências críticas, um interesse emancipador.

Enquanto as ciências empírico-analíticas têm um interesse cognitivo fundado na objetivação instrumental do real, as ciências hermenêuticas não visam a exploração técnica do mundo, mas constroem seu interesse a partir da comunicação intersubjetiva, seja através da linguagem falada e textual, seja por sua referência à tradição e às normas que regem a práxis social.

A comunicação, entendida como interação simbolicamente mediada, distingue-se das ações instrumentais, baseadas no trabalho aprendido como ação racional teleológica.

O interesse emancipador nos parece o eixo que melhor representa a verdade da criação artística, presente na produção dos meios audiovisuais que configuram o universo de nossa cultura atual. A interpretação estética nunca pode tomar o lugar da obra interpretada, visto que a obra de arte só existe na medida em que esta é realizada. O ser da arte não pode ser definido como objeto de uma consciência estética porque, inversamente, a conduta estética é muito mais. É uma parte do processo de representação. A própria visão estética da obra só é possível a partir de uma experiência que extravasa a atitude de distanciamento crítico da razão, a experiência de ser captado pela obra inaugura uma espécie de subversão dos códigos culturais.

Muito além da oposição entre os interesses das ciências empíricas e os das ciências histórico-hermenêuticas, distinção que lembra a oposição que Wilhelm Dilthey (1992) estabelece entre as ciências da natureza e as ciências do espírito, descortina-se a necessidade de posicionar um novo tipo de interesse antropológico. Na verdade, o objetivo fundamental da neo-hermenêutica é a compreensão do sentido processado na comunicação humana, em particular quando a interação é perturbada, obrigando ao estabelecimento de um sentido primitivo. Existem formas de perturbação das relações humanas que resultam de uma distorção sistemática e violenta dos seus procedimentos normais.

A distorção ideológica do mundo e a censura psíquica escapam à inteligibilidade compreensiva do sentido, exigindo muitas vezes a presença de métodos de observação com o objetivo de reconhecer seus sintomas – sintomas da cultura. Observa-se no campo da comunicação interesses renovados de conduzir os indivíduos a uma auto-reflexão sobre a sua situação, libertando-os dos mecanismos de repressão da comunicação. Existe, assim, um interesse libertador do conhecimento em busca de uma comunicação sem limites e sem entraves, que só uma disciplina crítica pode suscitar, um ideal regulador da nossa ação ética fundamentada na estética do mundo admirável.

Os grandes precursores da reflexão fenomenológica: Nietzsche, Heidegger, Dilthey, Gadamer e Ricoeur nos ofereceram pistas importantes para entender o processo mediador da comunicação que se manifesta como uma trajetória: do individual para o social e cujo dado empírico, o constitui a linguagem como único meio de superar a brecha entre o ser humano e o mundo pela via da apropriação e do distanciamento. Por esta razão, decifrar mensagens transformou-se em uma missão ímpar na sociedade da informação na qual vivemos, feita de uma trama de redes cibernéticas. A procura da verdade tem-nos levado às extremidades do evidente no seio de uma cultura ofuscada pelas batidas implacáveis do relógio. Mas, a musicalidade da linguagem que ainda ecoa no interior do espírito humano impulsiona ao exercício de busca, de uma verdade mais profunda onde habita o sentido. A comunicação é, antes de tudo, relação, é aí que surge o sentido, da relação consigo, com os outros e com o mundo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, John. **Sentido e percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BANCHOFEN, J. J. **Mitología arcaica**. Barcelona: Anthropos, 1987.
- BARTHES, Roland. **L' aventure sémiologique**. Paris: Editions du Seuil, 1985.
- CORREIA, Carlos João. **Ricoeur** - e a expressão simbólica do sentido. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999.
- DILTHEY, Wilhelm. **Teoria das concepções do mundo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1992.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método** - traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987.
- \_\_\_\_\_. **A ética da discussão e a questão da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrólis/Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- NIETSCHE, Frederich. **Além do bem e do mal**. São Paulo: Ridel, 2005.
- PEIRCE, Charles S. **Collected papers of Charles Sanders Peirce**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1936-1958.
- \_\_\_\_\_. **Writings of Charles S. Peirce: a chronological Edition**. Bloomington: Indiana University Press, 1982.
- RICOEUR, Paul (Curso de 1971 - 1972) **Hermenéutique**. Lovaina: Editions du SIC, Institut Supérieur de Philosophie, s/d.
- \_\_\_\_\_. **Interpretation theory: discourse and the surplus of Meaning**. Texas/USA: Fort worth - Texas Christian University Press, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Du texte à l' action**. Essais d' hermenéutique. Paris: Seuil, 1986.